

ASSÉDIO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: ESTUDO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DAS JORNALISTAS NO MA

Harassment on digital platforms: study on the working relationships of journalists in MA

Acoso em plataformas digitais: estudio de las relaciones laborales de los periodistas en MA

Thaísa Bueno

Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado, na UFMA. Coordena o Grupo de Pesquisa em Comunicação em Cibercultura (GCiber).

E-mail: thaisabu@gmail.com

Michelly Carvalho

Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão, no Curso de Comunicação Social / Jornalismo. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero e Feminismos - Maria Firmina dos Reis, Imperatriz, MA, Brasil.

E-mail: michelluscarvalho@gmail.com

Janaina Lopes Amorim

Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão. Imperatriz, MA, Brasil.

E-mail: jannaina.amorim@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da midiatização do assédio sofrido por jornalistas nas redações de Imperatriz (MA). O objetivo foi compreender o papel das plataformas digitais nas situações de assédio, já que em levantamento exploratório verificou-se que todas tinham vivido esse tipo de violência no cumprimento de suas funções. Foram ouvidas 19 jornalistas. Conclusivamente, a pesquisa mostra que a sensação de distanciamento que a mediação produz encoraja o assédio e até favorece algumas investidas, mas também tem garantido às profissionais formas de se defender por meio das provas materiais que a ferramenta produz.

Palavras-chave: Jornalistas; Assédio; Plataformas digitais; Imperatriz; Trabalho.

Abstract

This article deals with the mediatization of sexual and moral harassment suffered by women journalists in TV, radio and online newsrooms. The objective was to understand the role of digital platforms in harassment situations, since an exploratory survey has found that all women researched had already experienced this type of violence during their work activities. To fulfil the proposed objectives, we listened 19 journalists, out of 23, who work in the media used as a clipping in this study. Conclusively, the research shows that the sense of detachment produced by mediation encourages harassment and even favors some attacks; but it has also guaranteed the professionals ways to defend themselves through the material proofs provided by the tools.

Keywords: Journalists; Harassment; Digital platforms, Imperatriz, Working.

Resumen

Este artículo aborda la mediatización del acoso sufrido por periodistas en las redacciones de Imperatriz (MA). El objetivo era comprender el papel de las plataformas digitales en situaciones de acoso, ya que en una encuesta exploratoria se descubrió que todos habían experimentado este tipo de violencia en el desempeño de sus funciones. Diecinueve periodistas fueron escuchados. En conclusión, la investigación muestra que la sensación de distancia que produce la mediación fomenta el acoso e incluso favorece algunos ataques, pero también ha proporcionado a los profesionales formas de defenderse a través de la evidencia material que produce la herramienta.

Palabras clave: Periodistas; Acoso; Plataformas digitales; Imperatriz; Trabajo.

Introdução

A disseminação de tecnologias digitais variadas na rotina jornalística, incluindo mais pontualmente os dispositivos móveis, modificou não somente a prática de produção de notícias, mas fez diferentes relações de trabalho, incluindo manifestações de assédio por meio das plataformas digitais. O assunto, inclusive, tem ganhado destaque mundial. Em 2019, a Unesco lançou uma campanha que busca organizar estudos para combater justamente o assédio on-line cometido contra jornalistas mulheres. A proposta é elaboração de um manual que ajude as jornalistas a identificar, prevenir e denunciar a prática. De acordo com uma pesquisa da Associação pela Comunicação Progressiva (2015), o assédio por meio de plataformas digitais tem sido identificado com bastante frequência, em particular envolvendo jornalistas, devido ao que se estabeleceu chamar de “os 4 As” da violência de gênero ligada às ferramentas on-line: anonimato, acessibilidade, ação à distância (não deixa marcas físicas visíveis) e automação (podem ser praticadas em menos tempo e exigem menos esforço do agressor).

Pesquisas realizadas em várias partes do país mostram que o assédio moral e sexual faz parte da rotina das jornalistas (PORTELA, 2018; ABRAJI2017). Ainda assim, os trabalhos sobre a temática são escassos no âmbito acadêmico. Levantamento de Amorim e Bueno (2019) no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) nos últimos dez anos (de 2009 a 2019), na área da Comunicação e Informação, identificou apenas uma publicação tratando especificamente do assédio a jornalistas. Trata-se da dissertação “Feminização do Jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia”, de Ana Maria Moraes(UFG), publicada em 2018. Outros quatro trabalhos encontrados pelas autoras abordaram o assunto de forma secundária, ainda que o tema feminismo tenha sido detectado como mais recorrente.

Diante desse cenário, este artigo se propõe a contribuir com as discussões sobre assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas no seu ambiente de trabalho, tendo como foco a violência praticada por meio de plataformas digitais. Para dar conta do propósito, o estudo se dedicou a analisar as condições de trabalho nas redações de TV, rádio e jornal on-line de Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão. A intenção foi entender o papel das plataformas digitais nas situações de assédio na rotina dessas

profissionais.

Para atingir o objetivo proposto, optou-se por uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com 19 jornalistas que atuam na mídia local. O recorte incluiu os maiores jornais da cidade, totalizando quatro emissoras de TV, três de rádio e um *site*, que não foram identificados neste estudo para preservar a identidade das colaboradoras de pesquisa.

1. Desigualdade, assédio, mercado de trabalho e mundo digital

Tanto o assédio moral quanto o sexual estão relacionados ao abuso de poder hierárquico e à dominação (HIGA, 2016). O primeiro é caracterizado pela desqualificação do profissional (SOARES; DUARTE, 2014); já o segundo pode ser compreendido como ato de constranger alguém para obter favorecimento sexual (HIGA, 2016). No âmbito profissional, esses dois tipos podem ocorrer de forma vertical, quando o agressor ocupa um cargo superior ao da vítima; ou horizontal, quando é praticado pelos próprios colegas de trabalho (NUNES; REGO, 2011; SOARES; DUARTE, 2014). Em geral não se especifica se esse tipo de agressão é ou não mediado por uma tecnologia, ainda que autores como Freitas (2001), Campagnoli e Mandalozzo (2013) e Andrade e Assis (2018) debatam que o assédio é reflexo de uma relação de poder e da própria condição da mulher na sociedade, que se reflete no trabalho e, nos dias atuais, no ciberespaço, ou seja, não necessariamente criado nas plataformas, mas disseminado por meio das ferramentas digitais.

Mais pontualmente, discutindo a inserção da mulher no mercado jornalístico, a própria história da entrada das jornalistas nas redações nacionais foi marcada pela misoginia. De acordo com Ribeiro (1998, p.31), até a década de 1930, a redação era um local exclusivamente masculino, ambiente “só para homens”, e o trabalho delas era visto como secundário (CASADEI, 2011; DUARTE, 2003). De acordo com estes autores, mesmo quando tais profissionais passaram a ocupar cargos de direção, no século XIX, enfrentaram discriminação por parte dos colegas, sendo obrigadas a veicular material não assinado, ficando no anonimato (CASADEI, 2011). Como esclarece Portela (2018), a entrada de mulheres jornalistas de forma mais representativa em grandes veículos só aconteceu no século XX, já que antes disso as jornalistas mulheres escreviam em casa e apenas entregavam o material

aos jornais.

De lá para cá, a participação de mulheres jornalistas na grande mídia tem sido crescente, mesmo que ainda existam menos mulheres que homens nas redações brasileiras. Levantamento recente, coordenado pelo Workr – Plataforma de Comunicação Corporativa do site Comunique-se e publicado no dia 8 de maio de 2019, mostrou que somente 36,9% do mercado de imprensa no país são ocupados por mulheres. Segundo os dados, atualmente, 15.654 mulheres jornalistas estão empregadas em veículos de comunicação, contra 26.678 jornalistas do sexo masculino.

E mesmo que o número de jornalistas mulheres nas redações tenha ultrapassado a casa dos 15 mil, a prática de assédio segue sendo frequente. Algumas pesquisas nacionais que tentam mapear os casos no país, bem como estudos mais regionalizados, confirmam a regularidade com que essa ação ocorre. Diagnóstico da Abraji (2017) mostrou que 70,2% das mulheres dizem já ter presenciado ou souberam de colegas que foram assediadas durante o exercício da profissão.

2. Plataformas digitais, rotina jornalística e assédio

Com o advento do ciberespaço, mudou a forma de as pessoas se comunicarem e se relacionarem. A quantidade e a velocidade das informações aumentaram vertiginosamente e os contatos e a comunicação entre os indivíduos são cada vez mais transversais (LÉVY, 1999). No jornalismo, a Internet se tornou determinante e indissociável da rotina de trabalho, especialmente dos jornalistas (KROTH, 2018). Os impactos afetam do produto à rotina de trabalho, em um processo que pode ser denominado de midiaticização, entendida como “processo recíproco entre a mídia e outros domínios ou campos sociais” (HJARVARD, 2012, p.24). Esta nomeia uma perspectiva teórica que busca entender as mudanças estruturais na sociedade, resultantes das mudanças nos padrões de interação (HJARVARD, 2014). Assim, o ecossistema midiático ubíquo muda não só a relação com o público, mas também a própria mídia que será consumida (KROTH, 2018).

Na rotina jornalística, como resultado desse processo de aceleração dos fluxos da produção e de disponibilização de conteúdo, percebem-se a propagação de plataformas para distribuir as notícias e mudanças nos modos de coleta, edição e distribuição da informação (KROTH, 2018). Além disso,

o relacionamento com as fontes também foi modificado e pode ser entendido como parte desse processo de midiaticização, já que envolve “a institucionalização de novos padrões de interações e relações sociais entre os atores” (HJARVARD, 2014, p.24). Entre os elementos que colaboraram para essa mudança, estão a inserção das mídias sociais digitais no processo de produção da notícia e a proliferação das plataformas digitais nas rotinas jornalísticas.

Sobre o fato de a prática do jornalismo ter sido amplamente impactada pelas tecnologias digitais, Bell e Owen (2017), ao analisarem as mudanças nos modelos de negócio, apontam três momentos como os mais significativos: a mudança do modelo analógico para o digital; o aparecimento de redes sociais; e, por fim, o uso corriqueiro do celular. Embora não trate especificamente de condições de trabalho, as transformações apontadas por eles incidem diretamente nas relações profissionais, seja entre colegas de empresa, seja com o público e as fontes de entrevista.

Se pensarmos nas próprias marcas que identificam o jornalismo praticado no ciberespaço (BARDOEL; DEUZE, 2000; PALÁCIOS, 2003; LÓPEZ GARCÍA ET AL., 2009; SCHWINGEL, 2012; BUENO; REINO; GEHLEN, 2016), a interatividade e a proximidade certamente são as que mais afetam as relações de trabalho no modelo de plataformas. Mielniczuk (1998), por exemplo, chama a atenção para a interatividade e para a descentralização da comunicação, que passa a acontecer em rede e com distribuição em menor tempo, a custos menores e com mais abrangência. A mudança inclui mais verticalização na relação com as fontes (MACHADO, s/d) e maior proximidade com o público (MIELNICZUK, 1998).

Essa proximidade do profissional com o público e com as fontes, proporcionado pelas plataformas on-line, pode trazer outra consequência para além da rotina de trabalho: a exposição à violência. Relatório da Fenaj (2017, 2018) aponta os profissionais que trabalham com mídia digital entre os que mais sofrem com esse tipo de violência. Assim, entende-se que esse tipo de assédio praticado nas plataformas digitais dialoga com a ideia de midiaticização e está diretamente relacionado com a inserção e popularização dessas ferramentas na rotina de trabalho, porque implica a virtualização das relações e das formas como essa violência se manifesta, sendo uma resposta à onipresença da mídia (HJARVARD, 2012). Isso significa que o assédio não acontece, necessariamente, na relação face a face, mas por meio de aplicativos

disponíveis na rede.

Segundo os dados levantados nesta pesquisa, 84,2% das redações são compostas por um quadro de 6 a 10 jornalistas que usam as mídias sociais digitais, principalmente o WhatsApp, aplicativo de troca de mensagens gratuito, como ferramenta de trabalho. O uso desse recurso, bem como de outros disponíveis no ciberespaço, somado à cultura de dominação masculina (BOURDIER, 2012), tem desencadeado a manifestação do assédio moral e sexual mediado pelas plataformas on-line.

3. Metodologia

Para investigar o papel das plataformas digitais nas práticas de assédio contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz, este estudo entrevistou profissionais dos maiores veículos de comunicação da cidade: quatro emissoras de TV, três de rádio e um *site* de notícias. Optou-se por um estudo qualitativo por meio de entrevistas. Foram ouvidas 19 mulheres que se prontificaram a participar da pesquisa, de um total de 23 que fazem parte do quadro de jornalistas que compõe o recorte da investigação. As entrevistas seguiram um roteiro que teve como foco quatro blocos de orientação:

1. Identificação do assédio: a proposta foi entender se essas profissionais identificam situações de assédio moral e sexual, em particular por meio de ferramentas digitais, e se havia relatos na sua experiência como profissional;

2. Identificação do agente assediador: a proposta foi identificar quem são os agentes do assédio quando este ocorre por meio das ferramentas digitais;

3. Identificação das plataformas: nesta categoria, buscou-se saber que ferramentas são mais usadas e seus modos de uso quando identificado o assédio;

4. Identificação das consequências: por fim, questionou-se sobre ações tomadas depois de identificado o caso de assédio on-line e sua influência no comportamento da profissional.

4. Perfil das mulheres jornalistas em Imperatriz

Para entender um pouco mais dos resultados da pesquisa e o que seus dados revelam, é importante conhecer o perfil das entrevistadas que,

efetivamente, representam as mulheres que compõem as redações dos veículos de comunicação de Imperatriz. Elas são jovens, a maioria entre 25 e 34 anos. Praticamente todas possuem escolarização em Nível Superior completo e parte considerável possui pós-graduação. Quanto à renda, a maioria recebe até dois salários mínimos, que é o valor médio salarial na cidade, com divergências em casos de chefia, mesmo assim o valor mais alto de remuneração declarado não ultrapassou quatro salários. As cinco profissionais que trabalham como editoras são as que possuem os maiores salários e somente uma delas exerce somente esse cargo. As demais acumulam entre duas e quatro funções. Nas entrevistas, foi recorrente a fala que aponta sensação de maior segurança por ter outra mulher em cargo de chefia.

5. Análise e detalhamento dos resultados

• Identificação do assédio

A pesquisa revelou que as jornalistas de Imperatriz estão atentas e reconhecem quando há situações de assédio, principalmente o sexual. Somente em dois depoimentos elas admitiram ter dificuldade de identificar quando ocorrem. Todas as entrevistadas disseram já terem sido vítima de assédio moral, sexual ou dos dois. Elas são vítimas tanto presencialmente, quanto por meio de ferramentas digitais, sendo que 13 mulheres disseram já terem sido assediadas dessas duas formas.

Quando se trata de assédio moral, 17 já foram vítimas, sendo 1 caso mediado pela ferramenta on-line, 3 presenciais e 13 por ambas. Já os de cunho sexual são mais frequentes e facilmente identificados. Todas disseram já terem sido vítima dessa violência, sendo que 12 relataram casos tanto presenciais quanto por mídia social digital, 5 pessoalmente e 2 somente por mídia social. O resultado mostra que a inserção das mídias sociais digitais na rotina jornalística a transforma em uma ferramenta comum para a prática de assédio. Inclusive, em muitos relatos, as jornalistas revelam acreditar que essa plataforma facilita a prática do assédio, mas também ajuda na produção de provas.

Eu acho que facilita para eles e, ao mesmo tempo, facilita pra gente. Porque, quando é pessoalmente, a pessoa te assediou, então vira uma coisa meio a tua palavra contra a dele. Como a gente sabe, a maioria das pessoas não

acredita nas vítimas. Agora, quando é eletrônico, como por exemplo, aconteceu comigo, eu tirei um print, eu tenho a prova. Então facilita pra gente também provar, já que dificilmente as pessoas acreditam (JORNALISTA 6, 2019 [entrevista]).

A sensação de distanciamento que as plataformas asseguram costuma ser apontada como um diferencial que instiga investidas mais desinibidas de comunicação (PALFREY, GASSER, 2011). Contudo, como a jornalista 6 afirmou, é muito mais fácil produzir provas, registrar o assédio. O efeito bilateral dessa modalidade de comunicação ratifica reflexões de autores como Postman (1994, p.14), para quem “toda tecnologia tanto é um fardo como uma bênção; não uma coisa ou outra, mas sim isto e aquilo”.

- Identificação do agente assediador

Nesta questão, a pesquisa buscou saber quem eram os assediadores, seguindo os critérios de gênero, hierarquia e perfil (colegas, fontes ou público). Os resultados mostram que, quando se trata do assédio moral, há um empate entre relatos de casos praticados por homens e mulheres, que ocupavam cargos de chefia. Há descrições que incluem mensagens grosseiras em grupos, no espaço privado das redes sociais e por telefone. “Ele usava de tudo, tudo o que tava ao alcance dele, ligação...” (JORNALISTA 19, 2019, [entrevista]).

Em geral, os casos de assédio são promovidos por colegas de hierarquia superior. Casos assim foram relatados por nove entrevistadas. Em um caso descrito, a jornalista comentou que o chefe acompanhava suas postagens nas redes sociais particulares, fora do horário de trabalho, para fazer comentários e ter subterfúgios para os assédios.

Ele não comentava nas redes, mas comentava pra ela pessoalmente. “Ah, que tu tava só na praia e que não sei o quê”. E como ela não cedeu às investidas entrou o assédio moral. “Ah, fulana, você tava na praia, que não sei o quê, mas você só fica aqui desfilando, pensa que tá na praia ainda”. Aí foi chegando num ponto que ela não aguentou. Ela teve que ser remanejada pra outra empresa para concluir o estágio dela (JORNALISTA 6, 2019 [entrevista]).

Além das chefias, as fontes também são citadas como envolvidas no processo de assédio a jornalistas. Ao todo, 10 respostas revelaram casos nessa condição.

Já quando se trata do assédio sexual, entre as práticas mais comuns, está a insistência de convites para sair, mensagens de cumprimento seguidas de adjetivos como “oi, linda” e *emojis* com figuras de flores em horários fora do expediente, classificados por boa parte das vítimas como inconveniente. Os conteúdos são enviados principalmente à noite. Os assediadores são predominantemente homens, presentes na fala de 18 entrevistadas, sendo que 15 dos relatos de assédios foram praticados por fontes e 10 por colegas de trabalho. Em casos que envolvem os colegas, 6 são de hierarquia superior.

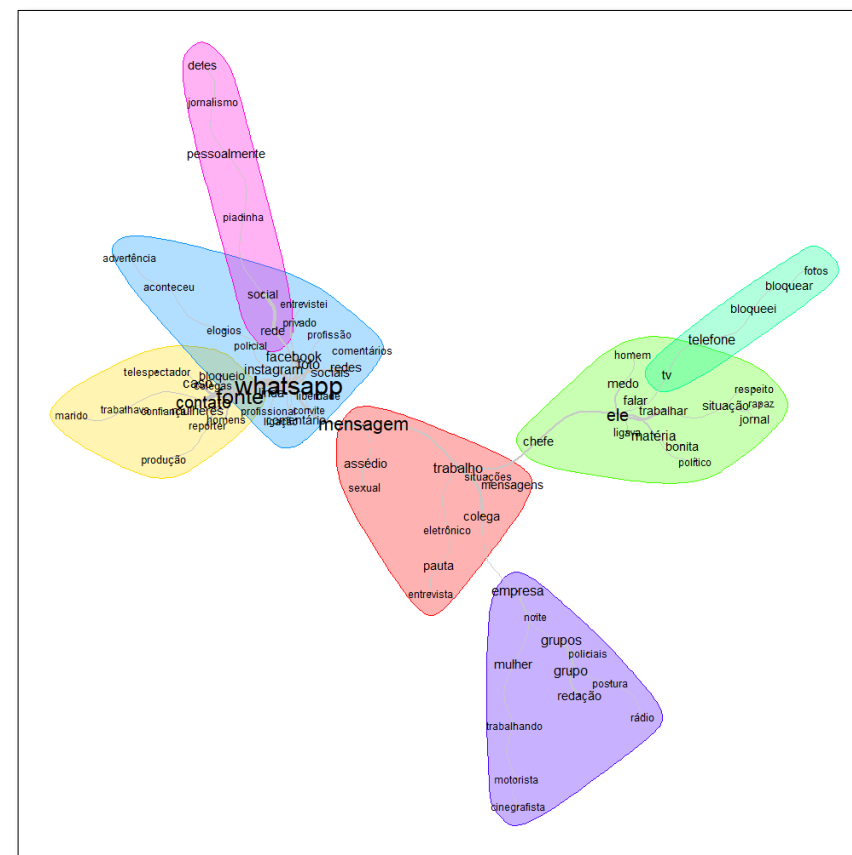
Essa conduta opressora do homem, que na maioria das vezes é o assediador, em uma sociedade androcêntrica, é vista como uma manifestação de honra e virilidade, provas de potência sexual. A atitude está estruturada nas relações de dominação estabelecidas e por isso os atos são vistos como reconhecimento (BOURDIEU, 2012).

Cabe pontuar ainda que as entrevistadas relataram que os assediadores, quando são fontes de entrevistas, são pessoas conhecidas e com influência social e política na cidade, o que deixa clara a relação de poder contida nessa prática. Sobre as situações envolvendo a audiência (telespectador, leitor ou internauta), os casos também ocorrem. A modalidade de assédio praticado pelo público surgiu espontaneamente em quatro respostas, principalmente das mulheres que trabalham com telejornal. Em um dos casos, o telespectador tirava fotografias da jornalista na TV e enviava pelo Instagram com mensagens contendo assédio. “Tem um caso que eu cheguei a ficar com medo, ano passado. Ele tirava fotos minhas todos os dias, ao vivo, no jornal. Da TV. ‘Você tá linda, isso e aquilo’. Todos os dias, no Instagram. Cheguei a comentar, inclusive, com algumas pessoas, que fiquei com medo”. (JORNALISTA 10, 2019 [entrevista]).

O resultado mostra que o assédio na rotina da jornalista inclui todas as etapas de trabalho. Os dados corroboram a reflexão de Castells (1999) sobre o fato de a sociedade em rede ser apenas um espelho do que acontece fora dela. Dessa forma, as práticas no ciberespaço e por meio das plataformas online são uma extensão da forma como o assédio acontece, que agora pode incluir mensagem de texto, áudio, vídeo, *emoji sticker*, entre outros (PALFREY, GASSER, 2011).

- Identificação da plataforma digital

Tanto no assédio moral, quando no sexual, o WhatsApp lidera como a plataforma digital mais usada. Isso pode estar associado ao fato de que a maior parte das redações possui quadro composto por 6 a 10 jornalistas – resposta de 16 mulheres. As demais disseram que os veículos são ainda menores, com cinco jornalistas. Na avaliação dessas profissionais, como as redações têm estrutura precária, as jornalistas acabam precisando usar mais a ferramenta e divulgar também seu WhatsApp para fazer a apuração das notícias. Em todas as redações é usado o número particular das jornalistas para fazer a apuração das matérias.



Uma das entrevistadas foi ameaçada pelo WhatsApp após fazer matérias de denúncias relacionadas a demandas da comunidade. “já vieram no meu privado ameaças, tipo assim, que eu tava fazendo algo, que eu tava sendo paga pra fazer aquilo, pra tomar cuidado quê que eu tava falando, de quem que eu tava falando. Então, isso eu acredito que seja um assédio moral, né? (JORNALISTA 14, 2019 [entrevista]).

Dos assédios morais praticados por meio da Internet, 12 foram pelo WhatsApp. O Facebook também aparece em um relato. Já com relação aos assédios sexuais, 13 foram pelo WhatsApp, seguido do Instagram, com dois

casos; uma investida no Facebook; e houve um caso em que foram utilizadas todas as mídias. Cabe mencionar que foi comum o relato de que os comentários são feitos pelo *status* da ferramenta, local ao qual somente o responsável pela conta tem acesso. Duas das entrevistadas, de empresas diferentes, disseram que os assédios acontecem tanto no privado quanto em grupos de WhatsApp.

Quando se trata do assédio sexual, todas as mulheres jornalistas disseram já terem sido vítima. Os dados são bem parecidos com os do assédio moral: 12 disseram que eles acontecem tanto presencial quanto por mídia social digital. Novamente o WhatsApp lidera, presente em 13 falas. Pontuaram também o Instagram(2) e o Facebook(1). Uma mulher disse ser vítima por todas as mídias. A maioria são convites no privado da rede.

Com a inserção dessas mídias, as mulheres não precisam mais estar no mesmo território geográfico que os assediadores. Inclusive muitas mulheres relataram a chegada de mensagem de assédio quando elas não estavam nas redações.” E aí, um belo dia, a gente tava aqui no estúdio, terminou e eu fui guardar tudo para ir embora. Quando terminou, tinha uma mensagem assim: “Ah, tá cada dia mais bonita, não sei o quê, gostosa”, um negócio assim. Pelo WhatsApp, né” (JORNALISTA 7, 2019 [entrevista]).

Uma análise de similitude, realizada por meio do programa Iramuteq, elencou as palavras mais comuns na fala das entrevistadas. O gráfico confirma visualmente os apontamentos desta pesquisa. O WhatsApp é a mais citada, fazendo ligação com praticamente todas as outras, sendo as mais destacadas: contato, uma inferência a quando os assediares pedem o número do telefone das jornalistas; mensagem, que neste caso que o meio que o assediador utiliza; fonte que está entre a categoria mais comum entre os agressores e ele, confirmando que a maior parte dos assediadores são do sexo masculino.

Gráfico 1. Análise textual de similitude das entrevistas

Fonte: Elaborado pelas autoras

- Identificação das consequências

As repetidas investidas levam as mulheres jornalistas de Imperatriz a tomarem diversas atitudes, menos a denúncia. Após um episódio de assédio, uma das entrevistadas passou a evitar dar o número de contato para fontes e mantém a fotografia e o *status* do WhatsApp ocultos para pessoas que não

estejam com o número agendado em seu telefone. “Não sinto confiança de dar o meu contato para pessoas que eu não conheço, porque uma vez nem fui que dei meu contato pra uma pessoa do meio, e a pessoa ficou me importunando” (JORNALISTA 11, 2019 [entrevista]).

As jornalistas também repensam as roupas usadas no trabalho para evitar que sejam assediadas. “Tipo, de eu acordar de manhã e vestir três ou quatro peças de roupa porque não podia marcar, não podia ser curta, não podia ter decote. Assim, não por uma questão de trabalho, mas pra que não chamasse atenção de ninguém, entendeu?” (JORNALISTA 7, 2019 [entrevista]).

Outra consequência que, inclusive, interfere diretamente na rotina de produção jornalística é quando as vítimas passam a evitar as fontes assediadoras. Em vários relatos, as jornalistas disseram que procuram outra fonte ou até mesmo deixam de pautar certos temas. “A gente deixa de pautar e aí a gente acaba perdendo *network*. A gente também acaba, de uma certa maneira, ficando traumatizada, né?” (JORNALISTA 14, 2019 [entrevista]).

Quando envolve casos em que os contatos com os assediadores são recorrentes, devido à rotina de trabalho, de acordo com as entrevistadas, a situação é mais delicada. Para não ter que evitar falar com uma fonte, uma das jornalistas passou a postar fotos com o namorado e as investidas cessaram.

Essas medidas foram tomadas, a maioria, buscando se afastar para solucionar o problema, ainda que isso prejudique seu trabalho. Essas atitudes são comuns, já que muitas buscam evitar exposição e julgamento de conduta, comuns nessas situações. Isso porque normalmente não é o agressor que passa pelo julgamento, mas sim a vítima (FUKUDA, 2012).

Nenhuma das empresas possui um canal para denúncias de assédio sexual e moral. Quando indagadas sobre possíveis denúncias, todas disseram que nunca houve e apontaram diversos motivos: medo, impunidade e, em alguns relatos, os assediadores possuem patentes muito altas na empresa. O resultado ratifica um comportamento sistêmico em outras regiões. Apesar da recorrência apontada pela pesquisa da Abraji (2017), apenas 15% das mulheres contaram que já denunciaram situações de assédio moral ou sexual. Essa ausência de canais de denúncia diagnosticada também nas redações de Imperatriz acaba por privilegiar o desejo sexual do homem sobre os direitos das mulheres sobre seu próprio corpo. Consequentemente, sustenta a dominância masculina e a subordinação feminina (DIAS, 2008) e reforça as

diferenças de gênero, pautadas em um referencial masculino (LOURO, 1997). A recorrência dos assédios, assim como a ausência de denúncias, pode estar relacionada ainda ao padrão cultural que legitima os comportamentos de dominação masculina, inclusive os sexuais predatórios, contribuindo para a naturalização dessas violências contra a mulher (FUKUDA, 2012; BOUDIER, 2002).

Considerações Finais

As ferramentas digitais amplificaram os casos de assédio e facilitaram as investidas. Pelo menos é o que esta pesquisa, realizada nas redações da segunda maior cidade do Maranhão, mostra. As ferramentas não inventaram o assédio, mas estão presentes na maioria dos relatos, mesmo quando as perguntas deste estudo não tratavam, pontualmente, de discussões sobre o uso das ferramentas on-line.

O resultado deste estudo é preocupante não só por conta do caráter frequente com que o assédio é praticado, mas porque a facilidade e a constância com que as plataformas digitais estão inseridas na rotina das mulheres profissionais de mídia expandem muito a gama de práticas abusivas, como também o número de possíveis assediadores. Dois pontos, aparentemente contraditórios, também chamam atenção quando se analisa a prática do assédio por meio das plataformas digitais: a sensação de distanciamento, que encoraja investidas; e a de proximidade, que fornece a falsa ideia de intimidade e leva às abordagens. Desse modo, proximidade e distanciamento são percepções distintas sobre a plataforma, usadas como falso fundamento para amparar atitudes abusivas e dar continuidade a uma prática já corriqueira na rotina das jornalistas, amplificada para novos meios.

O estudo apontou ainda um dado bem importante sobre o assédio: que seus tipos, agentes e silenciamentos se repetem em redações de interior, como a descrita no levantamento — uma cidade média do Maranhão, na fronteira com estados do Norte do país, e no espaço conhecido como Amazônia Oriental — e nas grandes capitais, já que os resultados aqui descritos estão em consonância com pesquisas anteriormente realizadas em outros centros nacionais. Tal reflexão mostra que a prática é recorrente e independe de questões geográficas ou de maior ou menor infraestrutura dos veículos. É uma ação de violência sistêmica e condicionada a uma cultura machista, não a

uma peculiaridade regional. Em Imperatriz, nas TVs, rádios e jornais on-line as mulheres chefiam praticamente todas as redações, porém ainda sofrem com violências relacionadas ao gênero, como o assédio sexual e moral, que é o tema deste estudo.

Se há algum ponto positivo nesta investigação, é que, pelo que se percebe, as jornalistas estão atentas e reconhecem quando há situações de assédio, principalmente sexual, já que somente duas tiveram dificuldade, em alguns momentos, de discorrer sobre esses crimes, porque não os reconheciam. Isso pode estar relacionado ao fato de as mulheres terem mais clareza sobre o que é o assédio sexual, em relação ao moral. Além disso, todas disseram que, pelo menos quando as investidas ocorrem por meio das plataformas digitais, sentem-se mais seguras por produzirem provas. Isso ratifica que, em geral, quando há uma relação de confiança sobre a palavra da vítima e do agressor, as vítimas são menosprezadas. Mesmo assim, com a ferramenta, ao menos os abusos podem ser expostos com menos questionamentos pelas jornalistas. A certeza de que as mulheres serão desacreditadas é tão real que a maioria dos abusos nas plataformas ocorre em espaços privados, em contas não públicas ou mensagens pessoais.

Vale ressaltar que, embora a inserção das plataformas digitais tenha ampliado a possibilidade do assédio, essa violência é, na verdade, resultado de uma sociedade machista, que valoriza essa conduta opressora do homem, que na maioria das vezes é o assediador. E, apesar da frequência com que a violência é descrita na fala das entrevistadas, nenhuma das empresas dispõe de um canal de denúncias, nem presencialmente, nem por meio de ferramentas anônimas. As plataformas são usuais na rotina das empresas, mas não há preocupação em normatizar as relações com um número empresarial, ou normas de uso, o que poderia diminuir algumas violências.

O estudo não encerra a questão aqui, mas permite enxergar melhor como as plataformas digitais têm modificado as práticas e ratificado comportamentos de discriminação de gêneros na rotina das jornalistas.

Referências

ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. (2017). Mulheres no jornalismo Brasileiro. Relatório, 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/I2901_GN_relatorioV4.pdf>.

Acesso em: 23/06/2019.

AMORIM, J. L. de; BUENO, T. (2019) Mulheres jornalistas em pauta: estado da arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. Anais do SBPJOR. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/schedConf/presentations>. Acesso em: 25/10/2019.

ANDRADE, C; ASSIS, S. G. (2018). Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012917RBSO>. Acesso em: 20/06/2019.

BEAUVOIR, S. (1970). O Segundo Sexo – Livro I: Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BOURDIEU, P. (2012). A dominação masculina. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

BUENO, N. C. (2018). A (in)visibilidade das mulheres em programas esportivos de TV: um estudo de casos no Brasil e em Portugal”. A tese (doutorado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bauru, SP.

BUENO, T; FONSECA, J. (2019). CARREIRA E TRABALHO: Quem é o assessor de imprensa em Imperatriz (MA)? Revista Intexto [prelo].

BUENO, T. (2012). Utopia digital: Repensando o papel revolucionário das novas tecnologias em redações de jornais do interior. Revista Cambiassu. São Luís, n.11. p. 128 – 137.

BUTLER, J. (2003). Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASADEI, E. B. (2011). A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. Revista ALTERJ, ano 02, v. 01.

CAMPAGNOLI, A de F. P. F; MANDALLOZZO, S.S.N. (2013) Sexo e poder nas relações de emprego: uma breve análise sobre o assédio sexual. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, v. 2, n. 16, p. 148-158.

CONECTADAS e violentadas: como a tecnologia é usada em abusos contra mulheres. Tecnologia – iG, 2015. Disponível em: <https://tecnologia.ig.com.br/2015-11-29/conectadas-e-violentadas-como-a-tecnologia-e-usada-em-abusos-contra-mulheres.html>. Acesso em: 23/09/2019.

DAVIS, A. (2016). Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo.

DATA FOLHA. (2017). Assédio sexual entre as mulheres. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>. Acesso em: 23/09/2019.

DIAS, I. (2008). Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. Sociologia, Problemas e Práticas. 2008. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=SO873-65292008000200002&script=sci_abstract. Acesso em: 10/08/2019.

DUARTE, C.L. (2003). Feminismo e Literatura no Brasil. Estudos Avançados, Vol. 17, nº 49, São Paulo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>. Acesso em: 23/06/2019.

DUARTE, B. H; SOARES, F de C. (2014). O assédio moral no ordenamento jurídico brasileiro. R. Fórum Trabalhista – RFT. Belo Horizonte, ano 3, n. 11, p. 21-47.

FREITAS, M.É. (2001). Assédio Moral e Sexual. RAE, São Paulo, v.41, n.2. p.8-19.

FENAJ. (2018). Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no

Brasil. Relatório de 2017 e 2018. Disponível em <http://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>. Acesso em: 11/08/ 2019.

FUKUDA, R.F. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>. Acesso em: 5/08/2019.

GEHLEN, M.A., BUENO, T; PAULA, V de. (2018). Quem somos? O perfil educacional do formado em Jornalismo na UFMA de Imperatriz (MA). Paradoxos.vol.3, nº2.

HIGA, F. da C. (2016). Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? Revista direito GV. São Paulo. v. 12 n. 2.

LAKATOS, M de A. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas.

LEITE, Tde S. (2017). Cultura do estupro: jornais online e a reprodução da culpabilização da vítima em Rondônia. Anais do Seminário Internacional Fazendo GêneroII & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis.

LOURO, G. L. (1997). Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes.

MA é o estado com mais mulheres em situação de trabalho análogo ao escravo. (2019). GI, São Luís. Disponível em: <https://gi.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/08/27/ma-e-o-estado-com-mais-mulheres-em-situacao-de-trabalho-analogo-ao-escravo.gh.html>. Acesso em: 18/09/ 2019.

MACHADO, E.. O ciberespaço como fonte para os jornalistas. Universidade

Federal da Bahia. Biblioteca on-line de Ciência da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

MARTINO, L.M. S. (2018). Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas. Petrópolis, RJ : Vozes.

MIGUEL, L.F. BIROLI, F. (2014). Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo.

MORAES, A.M. (2018). Feminização do Jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia. Dissertação (Mestrado em Comunicação).Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MIELNICZUK, L.(1998). Jornalismo *online* e os espaços do leitor: um estudo de caso do NetEstado. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NUNES, M.T; REGO, A de C.S. Assédio Moral e Sexual. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509899>. Acesso em: 23/06/2019.

PORTELA, M.R.(2018). Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná.

POSTMAN, N. (1994). Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel.

PALFREY, Jonh; GASSER, Urs. Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto alegre: Artmed, 2011.

RECUERO, R. (2009). Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. Famecos, Porto Alegre, nº 38, abril de 2009.

REIMBERG, C.O. (2015). Quando o trabalho do jornalista é cenário para o assédio moral. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ– 4 a 7/9/2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/RIO-1980-L.pdf>. Acesso em: 10/07/2019.

SCOTT, J.W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez, pp. 71-99.

UNESCO fará estudo para combater o assédio online a jornalistas do sexo feminino. (2019). Portal Imprensa. Disponível em: http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/81672/unesco+fara+estudo+para+combater+o+assedio+online+a+jornalistas+do+sexo+feminino. Acesso em: 23/09/2019.

UNICAMP. (2017). Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, 2017. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>. Acesso em: 5/09/ 2019.

UFSC; FENAJ. (2012). Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no Brasil. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>. Acesso em: 23/06/2019.